

---

## Femicídios No Telejornalismo: Demarcações Sobre As Transformações E Ressignificações Do Jornal Nacional<sup>1</sup>

Michele NEGRINI<sup>2</sup>  
Silvana Copetti DALMASO<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Pelotas

### RESUMO

No telejornalismo brasileiro, muitas mortes de cunho criminal fazem parte da pauta cotidiana e casos de feminicídios são presença constante nas pautas telejornalísticas. No caso do Jornal Nacional, diversos crimes contra a mulher são abordados e têm significativo retrospecto diante do público. Desta forma, este artigo tem como objetivo fazer observações sobre as transformações do subgênero telejornal a partir de coberturas de feminicídio, com foco no Jornal Nacional. Vamos nos centrar na cobertura do JN das mortes de Daniella Perez, Eloá Pimentel e Tatiane Spitzner. E vamos tomar como base teórica a discussão de gênero televisivo com categoria cultural (MITTELL, 2001). A pesquisa tem caráter exploratório e observacional (GIL, 2008).

**PALAVRAS-CHAVE:** feminicídio; telejornalismo; Jornal Nacional; gênero televisivo como categoria cultural.

### OLHARES INTRODUTÓRIOS

No Brasil, diariamente, mulheres são mortas de forma violenta. Conforme dados da Rede de Observatório da Segurança, divulgados pelo site da CNN Brasil em março de 2021<sup>4</sup>, pelo menos cinco mulheres por dia foram vítimas de violência em 2020. Conforme apontam os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública<sup>5</sup>, divulgados em julho de 2021 em matéria do Nexo Jornal de 16 de julho, houve crescimento do número de homicídios no país, incluindo os feminicídios. Mesmo em 2020, os números já apontavam essa tendência. Reportagem da Agência Brasil de 1º de junho de 2020 revela que, houve um crescimento de 22, 2% de feminicídios entre março e abril de 2020, em 12 estados brasileiros, em relação ao ano anterior.

Notícias sobre homicídios ganham espaço diário nos meios de comunicação. Os crimes contra mulheres geram repercussão na sociedade, especialmente quando as vítimas são pessoas notáveis. Os chamados feminicídios, que são assassinatos de mulheres motivados por questões de gênero – pelo fato das vítimas serem mulheres, têm crescido no Brasil e alguns recebem grande foco da mídia. Mansuido (2020, s/p) aponta que o Brasil é o quinto país do mundo em número de casos de feminicídio, ainda destacando: “A

---

<sup>1</sup> Exemplo: Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista. Doutora em Comunicação pela PUC-RS. E-mail: mmnegrini@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Jornalista. Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS. E-mail: silvana.dalmaso@gmail.com.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/03/04/por-dia-cinco-mulheres-foram-vitimas-de-femicidio-em-2020-aponta-estudo>. Acesso em 15 de julho de 2021.

<sup>5</sup> Os dados do anuário estão disponíveis em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

---

palavra feminicídio ganhou destaque no Brasil a partir de 2015, quando foi aprovada a Lei Federal 13.104/15, popularmente conhecida como a Lei do Feminicídio”.

Em relação ao telejornalismo, no cenário brasileiro, muitas mortes de cunho criminal fazem parte da pauta cotidiana. E no Jornal Nacional (JN), que é um dos telejornais mais conhecidos no país, diversas mortes contra mulheres ganham espaço. Matéria publicada no portal G1, em 8 de março de 2019, acentua que desde o início daquele ano, o JN tem levado muitos casos de crimes contra a mulher ao ar. E destaca ainda que logo no dia 1º de janeiro, foi noticiado que, na cidade de Pontes de Lacerda (MT), um homem raptou a ex-mulher e assassinou o namorado dela. Há ênfase na matéria para o fato de que até o dia 7 de março, véspera da publicação, das 57 edições do JN de 2019, casos relacionados a crimes contra a mulher estiveram presentes em 36 e ganharam um total de quase de duas horas de espaço no noticioso.

No decorrer do percurso histórico do telejornal, foram várias as histórias de feminicídio que tiveram destaque em grandes coberturas. Nos anos de 1990, o assassinato da atriz Daniella Perez marcou o país. Na década de 2000, o assassinato da adolescente Eloá Pimentel, em Santo André (SP), foi um fato de amplo destaque nos meios de comunicação e causou comoção entre o público. E na década de 2010, a advogada Tatiane Spitzner morreu ao cair do prédio onde morava, na cidade de Guarapuava, no Paraná. O marido da vítima foi condenado, em maio deste ano, por homicídio qualificado.

As coberturas dos três casos no Jornal Nacional tiveram afinidades e diferenças, continuidades e rupturas, as quais carecem de observações. Lembrando que estamos pensando as práticas jornalísticas como relacionadas ao momento cultural, social e tecnológico em que se dão; e que consideramos que tais práticas têm transformações no decorrer do processo histórico.

Concordamos com Gomes e Menezes (2008) quando elas demarcam o telejornalismo como uma instituição social, na perspectiva de Williams (1997. p. 22). E também compartilhamos da ideia de que o telejornalismo como uma construção social, se desenvolve dentro de uma particular formação econômica, social e cultural. Na medida em que tomamos a perspectiva do telejornalismo como construção social, assumimos a perspectiva de que ele tem variações relacionadas a fatores que perpassam a sociedade onde eles são produzidos.

Levando em conta estas considerações de ordem social e cultural, apresentamos este artigo, que tem como objetivo observar as transformações do subgênero telejornal a partir de coberturas de feminicídios, com foco no Jornal Nacional. Vamos nos concentrar na cobertura do JN de três casos específicos – as mortes de Daniela Perez, Eloá Pimentel e Tatiane Spitzner - e observar continuidades e rupturas que podem ser percebidas em relação a estes casos. Vamos tomar como base teórica a discussão de gênero televisivo como categoria cultural (MITTELL, 2001)

## **APONTAMENTOS SOBRE GÊNERO TELEVISIVO**

Como estamos abordando as transformações do telejornal, especificamente do Jornal Nacional, ao tratar da temática de feminicídio, ponderações sobre gênero televisivo são basilares para dar suporte ao trabalho analítico. Nesse sentido, cabe convocar o pensamento de Mittell (2001), que diz que o gênero tem variações no decorrer do processo histórico. E ainda que mesmo que um gênero se mostre estável, em algum momento histórico-cultural, ele vai operar de forma distinta.

Silva (2010), ao falar de gênero, diz que a associação dos Estudos Culturais com os estudos da linguagem fortalece a perspectiva de gênero como forma cultural sujeita a mudanças de fundo histórico-cultural. Algumas ponderações de Gomes (2007) sobre gênero são apresentadas por Negrini (2019, p.234):

No tocante à discussão sobre gênero, Gomes (2007) pondera que reconhece, juntamente com Raymond Williams, a existência de afinidades, em nível social e histórico, entre algumas formas culturais e as sociedades e os momentos históricos em que estas formas culturais têm efetivação. Em suas aferições, Gomes assinala que reconhece que o gênero se mostra como uma forma de situar a audiência televisiva no tocante a determinado programa, aos assuntos que são nele abordados e à forma como o programa destina os conteúdos ao público. O gênero dá respaldo para que ocorra a compreensão das regularidades e das especificidades que se mostram em produtos configurados historicamente.

A partir do pensamento de Gomes (2007), é importante apontar o reconhecimento da existência de afinidades entre formas culturais e os momentos históricos e as sociedades em que elas são efetivadas. Os pensamentos da autora são válidos para fazermos ponderações sobre transformações do Jornal Nacional no decorrer de seu processo histórico e para visualizarmos continuidades e rupturas em coberturas de feminicídios no espaço do telejornal. Além disso, Gomes (2007) dá argumentos para dizermos que a conformação de um telejornal tem amplas bases no momento social e cultural em que este gênero está situado. Não é possível dissociarmos um telejornal de todo o entorno que o circula; ele é organizado com bases em questões sociais, históricas, culturais e tecnológicas.

Para Gomes (2011a), Jesus Martín-Barbero é um expoente quando o assunto é gênero, pois ele convida a “[...] pensar modelos comunicativos que abarquem a totalidade do processo, por sua concepção de gênero como estratégia de comunicabilidade e por considerar o caráter contingente e transitório do gênero e as distintas temporalidades que ele convoca” (GOMES, 2011a, p.113). Itania Gomes assinala que Martín-Barbero enxerga o gênero como uma categoria cultural, dando pistas sobre as relações entre comunicação, cultura, política e sociedade.

O pensamento de Jason Mittell (2001), em *A Cultural Approach to Television Genre Theory*, é voltado a enfatizar que os gêneros operam conforme a indústria, a audiência e as práticas culturais, o que leva à inferência de que um gênero é constituído com bases nos discursos da produção e da recepção. Mittell (2001) já apontava que a análise de um texto midiático é perpassada pelo processo cultural que o envolve. Gutmann (2014) assinala que os gêneros funcionam em torno de um cenário de disputa, possuindo continuidades e rupturas.

Gomes (2007) diz que os programas telejornalísticos são uma variação específica na grade televisiva e compõem um gênero, que são programas jornalísticos televisivos. Eles são perpassados por normas do campo jornalístico e do campo televisivo. Gomes ainda aponta que telejornais, programas de entrevistas e documentários se mostram como variações do gênero televisivo e podem ser caracterizados como subgêneros.

Gomes e Villas Boas (2015) salientam que a análise de um produto televisivo a partir do conceito de gênero embrica conexões, em nível histórico, entre matrizes da cultura, formatos da indústria do audiovisual e lógicas do sistema produtivo. Reflexões sobre gênero televisivo dão respaldo para pensarmos na constituição das formas de narrar feminicídios no subgênero telejornal e, especificamente, no Jornal Nacional.

## **JORNAL NACIONAL – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

Para realizarmos uma análise de coberturas de feminicídios no Jornal Nacional a partir de discussões sobre gênero televisivo, é fundamental apontarmos algumas questões históricas relativas à constituição do telejornal. Ainda mais que, para fins da realização da análise, vamos ter alinhamento com Gomes e Villas Boas (2015):

Nosso esforço, conceitual e analítico, tem sido o de tomar o conceito de gênero como uma categoria cultural com a qual operam a indústria televisiva, a recepção, a academia e a crítica cultural e acioná-lo para interpretar os vínculos entre comunicação, cultura, política e sociedade (GOMES, VILLAS BOAS, 2015, p.110).

Gomes (2007, p.12-13) analisa a importância da contextualização acerca de um telejornal para que ele possa ser observado e explorado. “A contextualização deve ter como objetivo compreender o programa como produto cultural específico, enquanto conjunto de estratégias histórica, econômica, cultural, ideológica e socialmente marcadas” (GOMES, 2007, p.13).

Em relação ao JN, cabe apontar que ele foi ao ar pela primeira vez no dia 1º de setembro de 1969, sendo veiculado ao vivo para algumas capitais de estados brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. O telejornal foi uma estratégia da Rede Globo de competição com o Repórter Esso, da Rede Tupi. Franco (2013) assinala alguns momentos significativos do telejornal, como o início do uso de teleprompter em 1971; e a assinatura de contrato da Globo com a United Press Internacional, em 1973, que possibilitou a obtenção de imagens via satélite para o JN. Franco também destaca a abertura de escritórios fora do Brasil: em 1973 foi em Nova York e, em 1974, em Londres. Faz parte do pensamento de Borelli e Priolli o fato de que em 1980 foi consolidado o padrão Globo de produção. Franco (2013, p.30) assinala que no ano de 1991, o JN começa a se aproximar do público e a buscar um perfil mais investigativo; e que, em 1992, desenhos e gravações com atores passam a ser usados em reconstituições dos fatos. Franco ainda destaca pontos importantes sobre as mudanças visualizadas no JN no decorrer de seu percurso histórico:

---

Em 2 de abril de 2005, quando falece o papa João Paulo II, do Vaticano, em frente à Basílica de São Pedro, William Bonner fala ao vivo com os telespectadores. O deslocamento do apresentador do JN se repete em novembro de 2008, William Bonner vai a Washington cobrir a eleição norte-americana que torna Barack Obama, o primeiro presidente negro da história dos Estados Unidos. No mesmo mês também acompanha, de um helicóptero, as enchentes em Santa Catarina. Em abril de 2010, Fatima Bernardes registra, no local, o deslizamento do morro Bumbá em Niterói (FRANCO, 2013, p.32).

No decorrer da história, importantes ressignificações foram sendo apresentadas pelo JN. O cenário foi mudado diversas vezes, sempre buscando modernização. Cabe destacar a introdução de um telão no cenário, possibilitando contato simultâneo com profissionais de outras praças ou da rua. Houve mudanças de apresentadores. E a tecnologia foi dinamizando cada vez mais as rotinas cotidianas do telejornal. As coberturas passaram a contar com infográficos e simulações além de se voltarem à aproximação com o público.

Nossa intenção é observar as principais transformações que foram sendo visualizadas no Jornal Nacional na cobertura de crimes de feminicídios. Vamos nos centrar na cobertura das mortes de Daniella Perez, ocorrida em 1992; de Eloá Pimentel, que se deu em 2008; e de Tatiane Spitzner, ocorrida em 2018. Selecionados três casos de feminicídio que tiveram grande repercussão pública e que se deram em momentos temporais distintos do percurso do JN. A análise será ancorada a partir da perspectiva observacional (GIL, 2008) e será voltada a demarcar as continuidades e rupturas do telejornal nas coberturas desses três feminicídios. Os casos serão apresentados e contextualizados juntamente com os olhares analíticos e reflexivos.

## **CASO DANIELLA PEREZ**

No dia 28 de dezembro de 1992, em pleno sucesso como Yasmim, personagem da novela *De Corpo e Alma*, exibida pela Globo naquele ano, a atriz Daniella Perez é assassinada pelo colega e par romântico na novela, o ator Guilherme de Pádua, e pela sua esposa na época, Paula Thomaz. A atriz teve seu corpo perfurado por golpes de tesoura e deixada em uma mata, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro.

O caso teve ampla repercussão nos meios de comunicação e comoveu o Brasil, concorrendo, na pauta midiática, com a renúncia do então presidente da república Fernando Collor de Mello, ocorrida no dia 29 de dezembro de 1992. A cobertura da morte da atriz sensibilizou o país. Em relação ao subgênero telejornal, especificamente o Jornal Nacional<sup>6</sup>, elementos que podem ser considerados hegemônicos quando se fala em reportagens de jornalismo televisivo, como offs cobrindo imagens, passagens dos repórteres e sonoras, disputaram espaço com traços melodramáticos na narrativa, como a presença do vilão e da vítima; a exploração dos sentimentos de dor da família e dos fãs; e o destaque ao personagem traidor - o ator

---

<sup>6</sup> Devido ao limites de espaços que um artigo impõe, optamos por observar somente a cobertura jornalística deste crime que foi veiculada na edição do JN de 29 de dezembro de 1992, a qual foi acessada na plataforma de vídeos YouTube. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PpSN5DOOfMY>).

Guilherme de Pádua, um companheiro de trabalho da vítima, que acabou com a vida dela de forma trágica. Soma-se a isso a apresentação de reconstituições sobre o delineamento do crime. Esta mistura entre os elementos do telejornalismo de referência com os elementos que remetem ao melodrama (MARTÍN-BARBERO, 1997) demonstram uma disputa de sentidos no contexto da constituição do subgênero telejornal.

Em relação ao uso de reconstituição, vale apontar que Franco (2013) situa que foi em 1992 que as gravações com atores e com o uso de desenhos, para esclarecer os fatos, passaram a ser realizadas no JN. Desta forma, no caso Daniella Perez, estes recursos são elementos novos na conjectura do telejornalismo da época (FIGURA 1). Aqui, cabe apontar que o subgênero telejornal passou por transformações em relação ao que vinha sendo apresentado e que o uso de recursos, como os apontados por Franco (2013), reitera a perspectiva de Mittell (2001) de que o telejornal tem mudanças no decorrer de seu percurso histórico. Com o decorrer do tempo, tais elementos vão se enraizando nas coberturas telejornalísticas de eventos de morte e se aprimoram com as transformações do telejornalismo e da tecnologia, o que evidencia um caráter dinâmico do gênero.



Figura 1 – imagem de reconstituição do caso de Daniella Perez (Reprodução/Youtube)

O uso de reconstituições e a apresentação de traços melodramáticos levam a uma disputa de sentidos entre as lógicas de enunciação de um telejornal de referência e as lógicas de novelização no espaço telejornalístico.

Na cobertura do caso Daniella Perez, a edição do Jornal Nacional do dia seguinte ao crime, 29 de dezembro, dedicou ao assassinato significativa parte do tempo que ficou no ar. Na cabeça da primeira matéria sobre o caso na edição do dia, o apresentador Sérgio Chapelin salienta:

*“Um crime choca o país. O ator Guilherme de Pádua confessa que é o assassino de Daniella Perez. Guilherme de Pádua revelou detalhes brutais do crime. Daniella Perez tinha 22 anos e fazia o papel de Yasmim na novela das oito. O corpo da atriz foi encontrado pela polícia no final da noite de ontem”.*

As palavras de Chapelin evidenciam a comoção gerada pelo crime e demonstram, também, um prisma melodramático, que pode ser verificado na perspectiva mostrada no texto telejornalístico de assassinato brutal da vítima por seu algoz e a presença de conflitos humanos que levaram à morte da atriz. Quando se fala em uma construção textual que remete ao melodrama, novamente podemos falar de algo conflitivo no cenário telejornalístico, o que demarca o pensamento de Gutmann (2014) de que os gêneros se mostram em cenário de disputas, em que podem coexistir diferentes discursos e distintos realces.

Já na primeira reportagem sobre o caso, na edição do dia 29 de dezembro, em matéria de Roberto Kovalick, imagens de partes do corpo caído ao chão são captadas, como a mão e parte das pernas. O desespero e a comoção dos amigos e parentes que iam chegando ao local do crime foram destacados. Através de reconstituição, os últimos momentos da atriz viva e o assassinato são abordados. A reportagem de Kovalick reitera a lógica de que o programa telejornalístico deu destaque a elementos voltados à comoção, o que se pode considerar um desvio aos princípios básicos de um jornalismo mais sério; esse aspecto evidencia os conflitos e disputas de sentidos na constituição do subgênero telejornal.

Como se tratou de um crime brutal, resultante em morte de uma pessoa que era atriz e que tinha proximidade com seu algoz, que era ator, informações sobre criminoso e vítima ganham destaque no telejornal. Ainda na matéria de Kovalick, um off mostra uma diversidade de sentidos sobre Guilherme:

*“[...] Guilherme de Pádua foi preso em casa no começo da manhã. Ele tem 23 anos, é casado e a mulher está grávida de quatro meses. A polícia interrogou Guilherme por mais de dez horas. Ele estava descontrolado. No início, Guilherme negou tudo, mas acabou confessando o crime”.*

Na constituição deste relato sobre o autor da morte, observamos que são apresentados os papéis de marido e pai de família ao mesmo tempo em que se pontua Guilherme como um descontrolado e criminoso confesso. Como se uma face, a de marido com a mulher grávida, contrariasse a outra, a de autor de um crime, o que produz um efeito de indignação e incredulidade em relação a essa personalidade.

Na continuidade da edição, em matéria de Isabela Scalabrini, um resumo da breve carreira de ator é narrado. No primeiro off, a jornalista relata:

*“O mineiro Guilherme de Pádua começou a carreira no teatro, em Belo Horizonte, em 87. Na peça Pazolini, ele fez o segundo papel mais importante e matou o personagem principal. Guilherme chegou ao Rio há três anos e depois de algumas pontas, ganhou seu grande papel, o Bira, da novela De Corpo e Alma. Bira era apaixonado por Yasmim, personagem da atriz Daniella Perez. Na novela, Bira é ciumento e machão. Guilherme tem 23 anos e não bebe, não fuma e só come produtos naturais. [...]”.*

A matéria de Scalabrini complexifica a personalidade do criminoso e coloca em tensionamento o ângulo relacionado a um pai de família que não bebe, se alimenta de forma saudável e mora em um apartamento da família, com a lógica de alguém que pode ter confundido a realidade com a ficção. O personagem apaixonado, ciumento e machão, o Bira da novela, é colocado em contraste aos traços da pessoa Guilherme de Pádua. Já a vítima, na edição que está sendo analisada, tem sua imagem ligada ao sucesso como atriz, a sua beleza e talento. Ela é apresentada como a nova namoradinha do Brasil.

É interessante destacar o fato do JN ter apresentado Guilherme de Pádua de forma complexificada, na medida em que aborda o comportamento assassino dele e alguns traços de pessoa boa, pai de família. Como ele era um ator da Globo, que assassinou uma colega de trabalho, a apresentação dele somente como um assassino mau e cruel poderia soar inadequado para a emissora. A opção de complexificação demonstra relações de poder na construção discursiva, evitando manchar a imagem da Globo, o que nos remete à força institucional na formação dos discursos.

Observamos que esta edição do JN deu amplo espaço para a explicação do crime e para evidências de intersecções entre a realidade e a ficção. A narrativa do telejornal é formada por emaranhados discursivos que remetem à lógica de escolhas feitas pelo JN de focar-se nas explicações do assassinato, o que inclui a própria novela e a relação entre os personagens Yasmin e Bira, Daniella e Guilherme.

Após as ponderações apresentadas sobre o Jornal Nacional cobrindo o caso de morte da atriz Daniella Perez, cabe inferir que a abordagem do crime, que na atualidade poderia ser considerado um feminicídio, foi tecida com a convocação de elementos hegemônicos do telejornalismo – a estruturação das reportagens com cabeça, offs, passagens e sonoras – entrando em disputa com outras perspectivas, como o uso de recursos tecnológicos compatíveis com a época dando suporte às reconstituições. Desse modo, visualizamos o subgênero telejornal sendo permeado por disputas (GUTMANN, 2004) entre aspectos da ordem do dominante e do emergente - aquilo que era novo no ano de 1992. É importante destacar que as reconstituições foram efetivadas na medida em que a tecnologia da época permitia, o que demonstra as relações da constituição do telejornal com o contexto em que foi desenvolvido.

Este caso é um exemplo de como realidade e ficção podem se misturar no âmbito do telejornalismo e se tornarem problemáticos. A cobertura destacou sentimentos de comoção, associados a um discurso melodramático que tensiona com os princípios do jornalismo. O criminoso teve sua imagem complexificada, ou seja, não foi retratado como uma pessoa de personalidade inteiramente má e cruel. Já a vítima foi apresentada como dotada de qualidades e como atriz promissora.

A seguir, abordamos mais um caso de feminicídio de grande repercussão nos anos dois mil e que também é representativo no debate de aspectos do telejornalismo.

## CASO ELOÁ PIMENTEL

Outro crime com grande retrospecto no cenário brasileiro foi o assassinato de Eloá Cristina Pimentel. No dia 13 de outubro de 2008, no município de Santo André, no interior de São Paulo, Lindemberg Alves, na época com 22 anos, sequestrou a ex-namorada Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, mantendo-a como refém por mais de cem horas. O final do episódio foi a morte de Eloá, no dia 18 de outubro de 2008, depois de ter sido alvejada por tiros disparados pelo próprio Lindemberg no momento em que a polícia invadiu o local. A cobertura do sequestro e da morte de Eloá rendeu ao JN<sup>7</sup> uma indicação ao Emmy Internacional.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Observamos três edições do Jornal Nacional, as quais foram ao ar nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 2008.

<sup>8</sup> Conforme o site Memória Globo, a indicação do Jornal Nacional a finalista do Prêmio se deu pela cobertura do sequestro e pelo furo de reportagem que evidenciou os erros cometidos pela polícia na tentativa de libertação das reféns. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/reportagens-e-entrevistas/caso-eloal/>. Acesso em: 15 julho de 2021.

Como a morte da adolescente ocorreu no dia 18 de outubro, por volta das 23h30, que foi um sábado, o JN realizou uma grande cobertura<sup>9</sup> do caso na semana seguinte, relatando minuciosamente o acontecimento. O acompanhamento telejornalístico do enterro de Eloá foi digno do funeral de uma celebridade. E a sobrevivente do sequestro, Nayara Silva, esteve na mira das câmeras como se fosse uma pessoa famosa. Vale ressaltar que a cobertura do caso ocorreu no ano de 2008, dois anos depois da efetivação da lei número 11.340, de 7 de agosto de 2006, voltada à criação de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica. Desta forma, a violência contra a mulher já era assunto bastante polêmico no contexto social brasileiro na época e despertou os olhares do público e dos meios de comunicação. De acordo com Gomes (2007), a partir do pensamento de Raymond Williams, existem afinidades entre formas culturais e o momento histórico de efetivação delas.

Diversas estratégias comunicacionais foram utilizadas na cobertura do JN sobre o caso. Em relação ao subgênero telejornal, os elementos considerados hegemônicos no telejornalismo, desta vez, foram amplamente mesclados com traços melodramáticos (MARTÍN-BARBERO, 1997) e de espetacularização (DEBORD, 1997).

Como estamos falando de um crime bem mais contemporâneo que o de Daniella Perez, a tecnologia já estava mais desenvolvida e o uso de infográficos contribuiu para a construção da narrativa do sequestro e seu desfecho. Assim, é este momento mais contemporâneo do JN que torna possível a convocação de recursos tecnológicos mais aprimorados para relatar o acontecimento. Aqui, cabe apontar que podemos perceber as transformações do subgênero telejornal de uma cobertura a outra, o que vem ao encontro do pensamento de Mittell (2001) de que o gênero tem variações no decorrer de seu percurso histórico.

Na segunda-feira, dia 20 de outubro, diversos aspectos do caso foram abordados no telejornal, tais como: a grande repercussão do velório de Eloá; a doação dos órgãos da adolescente morta; o luto na escola onde ela estudava; a recuperação de Nayara Silva (que também foi vítima de Lindemberg, sendo sequestrada e ferida junto com Eloá, mas resistiu aos ferimentos); a análise de peritos sobre a ação da polícia durante o período de sequestro e no seu desfecho; além do lamento dos parentes de Lindemberg sobre o fato ocorrido.

Já na escalada da edição do dia 20 de outubro, a então apresentadora do telejornal, Fátima Bernardes, deu destaque à abertura do velório ao público, o que propiciou as homenagens à adolescente falecida. Essas homenagens representaram a preservação do nome de Eloá na memória televisiva brasileira. A multidão emocionada e o cortejo, que podem ser visualizados na FIGURA 2, remetem a uma postura comum sobre o

---

<sup>9</sup> Ao falarem em cobertura jornalística em televisão, Emerim e Brasil (2011) a caracterizam como um trabalho de reportagem a ser realizado no local em que determinado fato ocorreu. Os autores refletem sobre a diferença entre uma grande cobertura em televisão e uma simples cobertura: “Assim, **uma grande cobertura pode remeter a um tipo de trabalho jornalístico que mostre um acontecimento em todas as suas perspectivas** ou, pelo menos, **as perspectivas possíveis de ser exibidas em televisão através da função jornalística. Uma cobertura grande, por sua vez, remeteria a um longo período de tempo em que este acontecimento permanecesse em pauta.** Porém, pode-se ter, também, uma grande cobertura – cuja temática é desdobrada em profundidade e cobertura grande – com um longo período de permanência na mídia. Ou seja, uma cobertura que além de muito aprofundada possa, também, durar muito tempo” (EMERIM e BRASIL, 2011, p.4).

tema na Idade Média, que era a realização de rituais de despedida bastante dramáticos os quais deixaram heranças nos cultos diante da morte até a atualidade. Ariès (2003) aponta que naquele tempo, ocorriam amplas cerimônias de despedida, começando ainda no quarto do moribundo. Neste ponto cabe apontar que este crime, hoje tipificado como feminicídio, no contexto de 2008, obteve grande retrospecto social, gerando intensa comoção.



*FIGURA 2: Imagem de multidão no funeral de Eloá (Reprodução/Jornal Nacional)*

O Jornal Nacional do dia 21 de outubro, terça-feira, continuou discutindo o falecimento da adolescente de Santo André. Ganharam destaque: o funeral, as pessoas que receberam os órgãos doados e o “bom” estado de saúde de Nayara Silva. Além disso, o JN fez um confronto de versões de policiais que estiveram envolvidos no caso. No dia 22 de outubro, o Jornal Nacional também deu destaque ao fato de Nayara Silva ter dado alta do hospital. O telejornal enfatizou que Nayara deu seu depoimento à polícia. Também foi apresentado pelo jornal televisivo o que os vizinhos falaram sobre o período de cativo e sobre o trabalho da polícia. A ênfase à saga de Naiara também assinala o destaque do telejornal a mais uma vítima de Lindemberg. O personagem vilão do melodrama (MARTÍN-BARBERO, 1997) apresentado no JN deixou mais uma vítima, que teve que passar por tratamento médico para se reestabelecer.

Ao destacar as grandes proporções do velório, o luto gerado pela morte da adolescente e a doação dos órgãos, o JN convoca as asserções de DaMatta (1997), quando comenta que a morte no Brasil é um elo de relações para preservar a memória da pessoa que morreu. Neste caso, o telejornal aparece como um espaço de preservação da lógica de um crime na memória telejornalística do público e para a perpetuação do nome de Eloá Pimentel entre os espectadores. Vale ressaltar que Eloá não era uma pessoa conhecida; o seu nome ficou memorizado pela dimensão que a sua finitude teve no espaço das mídias e do telejornalismo.

A cobertura convocou a presença de fontes especializadas, como de um perito, para explicar o desfecho do sequestro. Diversas fontes foram acionadas, mas a maior parte delas enunciou no sentido de destacar a vítima e condenar o criminoso. Não houve uma problematização apurada no decorrer da narrativa. Assim, constata-se no discurso do JN a caracterização da vítima como alguém essencialmente boa, que gera benefícios à sociedade, inclusive depois do falecimento, já que houve doação de órgãos. A construção da vítima como uma pessoa boa foi verificada no caso da morte de Daniella Perez, evidenciando uma prática vista em outros momentos do telejornal. Aqui, podemos convocar o pensamento de Gutmann (2014), de que o gênero tem continuidades e rupturas.

Na narrativa do JN, há um foco na demonstração de emoções, remetendo a olhares de Debord (1997) sobre a espetacularização. Ao tratar do sequestro e da morte da adolescente de Santo André, o JN formou um “enredo” para levar ao ar os pontos mais marcantes do acontecimento. O telejornal destacou a dimensão do público no velório, enfatizou a cor do carro fúnebre, deu destaque a expressões e evidências corporais de sofrimentos de familiares e de amigos e, também, trabalhou sobre a lógica do “sonho destruído”, investindo nos sentidos da interrupção das aspirações de uma adolescente que foi morta tão cedo. A espetacularização no telejornalismo diante da morte é uma prática que tem sido evidenciada há bastante tempo. Negrini (2005) estudou a conformação discursiva no extinto Linha Direta. O estudo apontou que o Linha Direta se utilizava de diversos recursos de espetacularização no decorrer do programa. A espetacularização deste caso também reside no fato das câmeras da Globo terem filmado o sequestro durante seus quatro dias de duração, fazendo com que o telespectador acompanhasse o caso quase em tempo real. Lindemberg Alves chegou a conceder entrevistas a redes de televisão durante o sequestro e o JN exibiu um trecho da conversa com o sequestrador.

Um momento que pode ser considerado marcante na cobertura do Jornal Nacional do caso Eloá Pimentel, em termos de exploração das emoções dos envolvidos, ocorreu na edição de 21 de outubro de 2008. Neste dia, em reportagem de José Roberto Bournier, foi dado destaque à mãe da vítima, Ana Cristina, ao lado do caixão da filha, dizendo perdoar o assassino. O perdão ao algoz da filha demonstra uma diversidade de sentidos que podem ser imbricados ao contexto do sofrimento. Da mesma forma que o choro da mãe é destacado, o perdão tem ênfase. Os sentimentos da mãe de Eloá foram “traduzidos” com riqueza de detalhes. A cena do enterro foi descrita com minúcia - da mesma forma que as atitudes de muitos dos presentes neste “evento”. Em alguns momentos, fica visível que a realidade foi retratada com diversos “artifícios espetaculares”. O tratamento dos sentimentos das pessoas envolvidas no caso não é uma postura que se enquadre dentro do olhar hegemônico do telejornalismo de referência, adentrando mais no campo da espetacularização midiática.

É importante lembrar que estamos observando o gênero televisivo de acordo com Mittell (2001), ou seja, considerando que o telejornal passa por variações no decorrer do processo histórico. E, em reconfigurações que vão sendo apresentadas pelo JN, a busca por aproximação com o público tem sido evidente. Nesta direção, a exploração de emoções e de comoção diante da morte é uma prática que adentra na possível sensibilização do público.

A comoção da cobertura é um ponto de continuidade entre o caso Daniella Perez e o caso Eloá Pimentel. No entanto, há rupturas que foram observadas. Perez era uma atriz promissora, em plena atividade, atuando em telenovela da Globo. Já Pimentel, apesar de ser uma desconhecida, ganhou espaço pelas peculiaridades que envolveram o final de sua vida – o longo sequestro realizado pelo ex-namorado, o envolvimento da amiga e o final trágico que a tornou vítima de um brutal feminicídio.

Mesmo que estejamos falando de dois casos de vítimas de violência contra mulheres, pontos como a distância cronológica, o contexto tecnológico e as mudanças na constituição do Jornal Nacional no decorrer do tempo sinalizam para constituições discursivas distintas. Apesar de podermos observar algumas continuidades, como a convocação de elementos do melodrama e a demonstração dos sentimentos das pessoas próximas às vítimas, peculiaridades se fazem evidentes de uma cobertura a outra, o que pode ser justificado pelas diferenças nos contextos de tessituras discursivas. Um exemplo claro deste aspecto é o acentuado uso de recursos tecnológicos verificados no caso Eloá Pimentel em comparação ao caso Daniella Perez. Esse contexto ligado à tecnologia faz parte do conjunto de transformações do subgênero telejornal que ocorrem no decorrer do tempo.

### CASO TATIANE SPITZNER

Na madrugada do dia 22 de julho de 2018, na cidade de Guarapuava, no Paraná, a advogada Tatiane Spitzner foi encontrada morta, após cair do prédio onde morava. O marido dela, Luis Felipe Manvailier, desde o início foi considerado suspeito. Matéria do G1<sup>10</sup> aponta que ele foi preso na manhã do mesmo dia, após ter sofrido um acidente em rodovia localizada a 340 quilômetros da cidade de Guarapuava. Imagens de câmeras de segurança do prédio onde o casal residia registraram agressões de Luis Felipe contra Tatiane.

O caso obteve grande repercussão nos meios de comunicação, inclusive pelo Jornal Nacional. Na escalada da edição do dia 23 de julho, o JN ressalta: “*O marido é o principal suspeito da morte de uma advogada no interior do Paraná*”. Um ponto importante a ser destacado é que a matéria sobre o caso de Tatiane é levada ao ar logo depois de reportagem sobre a morte de uma mulher após realizar um procedimento estético no Rio de Janeiro. O médico que realizou o procedimento foi indiciado por homicídio qualificado, o que demonstra uma atenção da pauta do telejornal em divulgar crimes contra mulheres. Na sequência, a apresentadora do dia, Giuliana Morrone, introduz a matéria sobre Tatiane: “*A polícia do Paraná está investigando a morte de uma advogada que caiu do quarto andar de um prédio. O marido está preso*”. Já na fala da apresentadora, há o destaque para o fato do marido ser suspeito do crime.

O início da matéria é marcado pela repórter lendo o texto de um off, cobrindo imagens de fotos da vítima e do acusado. Em seguida, são fornecidas informações voltadas a situar o espectador diante do caso. Nesta reportagem, diversos recursos que podem ser considerados hegemônicos no subgênero telejornal foram ativados, como offs, sonoras e passagem da repórter.

Na edição do dia 24 de julho, a reportagem é introduzida pela fala do apresentador William Bonner, destacando que o marido da advogada, e principal suspeito, foi transferido de prisão. A repórter dá continuidade à notícia, com narração em off, dando explicações sobre a transferência do suspeito preso. No canto da tela é apresentado um mapa do Paraná, com destaque para a cidade de Guarapuava. Este recurso gráfico (FIGURA 3) demonstra que o

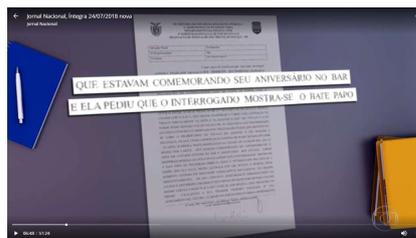
<sup>10</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/08/02/o-que-se-sabe-do-caso-de-tatiane-spitzner-que-caiu-do-4o-andar-de-predio-em-guarapuava.ghtml>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

desenvolvimento tecnológico demarca ressignificações no subgênero telejornal. Tal recurso não seria possível de ser usado em coberturas de crimes semelhantes em momentos em que a tecnologia não desse bases para isso. O desenvolvimento de um telejornal estabelece relações com o respaldo tecnológico do momento em que ele se encontra.



*FIGURA 3 – Mapa é inserido em imagem de reportagem sobre o caso.*

O decorrer da reportagem foi permeado por elementos hegemônicos do telejornalismo como offs, sonoras e passagem da repórter. Cabe destacar que um recurso tecnológico é usado para demarcar partes do depoimento escrito do suspeito à justiça (FIGURA 4) e, também, para dar destaque a depoimentos de outras testemunhas.



*FIGURA 4 – Recurso tecnológico para demarcar partes de depoimentos dos envolvidos*

O uso destes recursos, verificados nas figuras números 3 e 4, convoca olhares para as possibilidades que o desenvolvimento tecnológico permite e as consequentes ressignificações do telejornal. Ideia reforçada pelo pensamento de Gomes (2007) que diz que há afinidades entre formas culturais e momentos históricos das sociedades.

Na edição de 26 de julho, o JN apresenta matéria sobre o pai de Tatiane Spitzner ter prestado depoimento. Na reportagem, é focado, em depoimento da promotora e do advogado da família, que Tatiane desejava o divórcio de Luis Felipe e que este estaria negando qualquer possibilidade de divórcio e tendo comportamento violento. Tais informações remetem para a existência de uma perspectiva melodramática (MARTÍN-BARBERO, 1997) no contexto do JN, havendo destaque para o vilão da trama.

Ainda na reportagem do dia 26, a repórter enfatiza que imagens de câmera de segurança mostram a movimentação de carros da polícia no local. Cabe apontar que a cobertura usa elementos bastante contemporâneos no telejornalismo, como a presença de vídeos com caráter mais amador, remetendo a efeitos de real na narrativa. Isso demonstra que o subgênero telejornal tem relações com o momento em que é desenvolvido, com a cultura e com a tecnologia.

Em 2018, quando ocorreu o assassinato de Tatiane, o debate sobre feminicídio e violência contra a mulher já era bastante relevante e objeto de debate na mídia e na sociedade em geral. Desta forma, a ênfase a crimes de feminicídio no espaço do JN é completamente relacionada a este contexto social de debates e discussões públicas sobre violência de gênero.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo neste estudo foi observar as transformações do subgênero telejornal a partir de coberturas de feminicídio, com foco no Jornal Nacional. Para isso, abordamos três casos muito representativos que tiveram intensa repercussão pública e midiática e que aconteceram em décadas diferentes: 1992, 2008 e 2018. Essas distâncias temporais permitem a verificação das variações do subgênero telejornal no decorrer do processo histórico conforme pontua Mittell (2001). Os recursos tecnológicos são a característica mais marcantes destas transformações. Em 1992, as reconstituições de crimes foram inovadoras, como identificamos na cobertura do assassinato de Daniella Perez, alimentando, com imagens, a narrativa do relato telejornalístico. No caso Eloá, as imagens a longa distância e os infográficos mostrando as ações da polícia foram importantes para a cobertura do JN. E no caso Tatiane, os mapas e os efeitos de destaque de depoimentos também demarcam o momento tecnológico.

A observação das coberturas dos três casos também permitiu a identificação de continuidades e rupturas no subgênero telejornal (GUTMANN, 2014). As continuidades podem ser verificadas numa certa espetacularização das coberturas do JN, com destaque às emoções das pessoas envolvidas nos crimes. Assim, os elementos hegemônicos do telejornalismo, como a estrutura das reportagens, são mesclados a elementos da ordem do melodramático (MARTÍN-BARBERO, 1997) e da espetacularização (DEBORD, 1997). A já conhecida construção narrativa de vítimas e vilões também marcam as coberturas, ainda que a retratação de Guilherme de Pádua, no caso Daniella Perez, tenha sido mais problematizada. De qualquer forma, ao colocarmos de lado as representações de vilanização reforçadas pelo telejornal, o que se verifica nestes casos são três mulheres vítimas de violência de gênero, três vítimas de feminicídio que morreram pelo simples fato de serem mulheres. Se nos casos Daniella Perez e Eloá Pimentel, esta discussão de gênero ainda não permeava as coberturas e o debate público, no caso Tatiane Spitzner ela aparece com mais ênfase, contextualizada pelos altos números de ocorrências de violência contra as mulheres, pela não normalização deste tipo de crime e pelo avanço na legislação. Este aspecto se relaciona diretamente ao que Gomes (2007), a partir do pensamento de Raymond Williams, defende: que as formas culturais estão ligadas ao momento histórico em que são efetivadas.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante a pandemia.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BORELLI, Sílvia H. Simões, e PRIOLLI, Gabriel (coords.). **A Deusa Ferida. Por que a Rede Globo não é mais campeã absoluta de audiência**. São Paulo: Summus, 2000.
- BRASIL. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 21 de janeiro de 2021.
- CNN. **Por dia cinco mulheres foram vítimas de feminicídio em 2020, aponta estudo**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/03/04/por-dia-cinco-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-em-2020-aponta-estudo>. Acesso em 15 maio de 2021.
- DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DEBORD, GUY. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EMERIM, Carlida; BRASIL, Antonio. **Coberturas em telejornalismo**. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2011, Recife. Anais. Recife: Intercom, 2011.
- FRANCO, Eda Mariza. **A Voz na apresentação do telejornal: um estudo enunciativo do Jornal Nacional da Rede Globo**. Tese. Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Itania M. M.; Vilas Bôas, Valéria. **"Ai, que infortúnio!" Disputas de gênero em um produto da indústria pop**. In: Simone Pereira de Sá; Rodrigo Carreiro; Rogério Ferraraz. (Org.). **Cultura Pop**. 1ed. Salvador/Brasília: EDUFBA/COMPÓS, 2015, v. 1, p. 109-129.
- GOMES, Itania; MENEZES, Mariana. O pacto sobre o papel do jornalismo nos quatro telejornais diários da TV Globo. **Animus**. V.13, p.1-20, abril 2008.
- GOMES, Itania Maria Mota. Gênero televisivo como categoria cultural: um lugar no centro do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero. In: **Famecos – mídia, cultura e tecnologia**, v.18, n.1. Porto Alegre: 2011a, p.111-130.
- GOMES, Itania. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. **Revista ECompós**, Porto Alegre, v.18, no. 1, p. 111-130, janeiro – abril de 2007.
- GUTMANN, Juliana Freire. Quando ruptura é convenção: o programa Gordo a Go-Go como espaço de experiência do talk show. **Contracampo**, v. 31, n. 1, ed. dezembro-março ano 2014. Niterói: Contracampo, 2014. Págs: 60-78.
- G1. **Em plena quarentena, Brasil tem alta de 8% no número de assassinatos em abril**. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/06/17/em-plena-quarentena-brasil-tem-alta-de-8percent-no-numero-de-assassinatos-em-abril.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.
- G1. **O que se sabe do caso de Tatiane Spitzner, encontrada morta em prédio de Guarapuava**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/08/02/o-que-se-sabe-do-caso-de-tatiane-spitzner-que-caiu-do-4o-andar-de-predio-em-guaparuava.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.
- MANSUIDO, Mariane. **Entenda o que é feminicídio e a lei que tipifica esse crime**. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/entenda-o-que-e-feminicidio-e-a-lei-que-tipifica-esse-crime/>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: o caso Eloá**. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/o-caso-elo.html>. Acesso em: 29 de setembro de 2017.
- NEXO. **O que moveu os dados de segurança pública no Brasil em 2020**. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/07/15/O-que-moveu-os-dados-de-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-do-Brasil-em-2020>. Acesso em 10 junho de 2021.
- MITTELL, Jason. **A cultural approach to television genre theory**. In: *Cinema Journal*, 40, nº 3. Austin: University of Texas Press, 2001, p.3-24.
- NEGRINI, Michele. **A morte como espetáculo televisivo: a imagem do criminoso e da vítima no programa Linha Direta**. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre.
- NEGRINI, Michele. Diversas temporalidades nos discursos televisivos sobre a morte: aferições sobre a tragédia da Chapecoense no Jornal Nacional. **Contemporânea (UFBA. ONLINE)**, v. 17, p. 229-249, 2019.
- WILLIAMS, Raymond. **The technology and the society**. In: WILLIAMS, Raymond. **Television technology and cultural form**. London: Routledge, 1997. p. 9-31.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- YOUTUBE. **Jornal Nacional de 29 de dezembro de 1992**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PpSN5DOOfMY&t=105s>. Acesso em: 19 de janeiro de 2020.